CONCURSO PÚBLICO DE ADMISSÃO AO CURSO DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL - CFP/QPMP-4 E QOPMP-7
EDITAL N° 22/DGP – PMDF, DE 24 DE JANEIRO DE 2018.

JUSTIFICATIVAS PARA ALTERAÇÕES DO GABARITO PRELIMINAR

(1) QPMP – 4: Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Especialistas Músicos

Questão 18-A/19-B/21-C/20-D: a questão foi anulada, pois não há alternativa correta. A alternativa apresentada como gabarito para a questão afirma que região metropolitana e RIDE são sinônimos.

Questão 44-A/35-B/43-C/36-D: a questão foi anulada, pois ela, de fato, admite duas hipóteses, uma vez que o termo caducidade também vem sendo entendido pela doutrina como a extinção que ocorre com a superveniência de norma jurídica que retirou a licença ou permissão dada anteriormente pela Administração Pública.

Questão 51-A/32-B/40-C/47-D: a questão foi anulada, pois, a despeito de o tema ser controverso no âmbito da jurisprudência dos tribunais estaduais, objetivamente é importante pontuar quatro aspectos: (a) a tendência atual da legislação no processo penal é a de reafirmar o sistema acusatório previsto na Constituição Federal de 1988; (b) a literalidade do art. 311 do CPP, com a alteração da Lei no 12.403/2011, leva à conclusão de que somente é possível a prisão preventiva de ofício, pelo juiz, durante a instrução criminal, ou seja, após o início da ação penal; (c) a doutrina mais pertinente (Aury Lopes Jr., Afrânio Silva Jardim, Paulo Rangel, Fernando da Costa Tourinho Filho, José Frederico Marques, Eugênio Pacceli de Oliveira, entre outros) aponta a interpretação sistemática como a melhor alternativa para elucidar o referido dispositivo normativo, também concluindo no sentido de que não é possível a decretação da prisão preventiva de ofício, pelo juiz, no curso do inquérito policial (fase inquisitorial), mas tão somente no curso da ação penal; (d) a jurisprudência dominante do STJ incorpora os argumentos supracitados. Com efeito, a alternativa "A aplicação da prisão preventiva ocorre em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, de ofício, pelo juiz." não está correta, pois permite a interpretação de que é possível a decretação da prisão preventiva de ofício, pelo juiz, durante o inquérito policial (fase inquisitorial). Em síntese, assiste razão ao recorrente, e a questão deve ser anulada, pois não existe alternativa correta a ser marcada.

(2) QPMP – 7: Soldado Policial Militar do Quadro de Praças Policiais Militares Especialistas Corneteiros

Questão 8-A/5-B/6-C/3-D: a questão foi anulada, pois não há alternativa correta. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República, o assunto é especificado após a indicação do destinatário, e não depois da data.

Questão 27-A/24-B/23-C/25-D: a questão foi anulada, pois a alternativa correta da questão refere-se ao art. 41, § 2º, o qual foi declarado inconstitucional pelo Conselho Especial do TJDFT na Ação Direta de Inconstitucionalidade 20140020239177ADI. Portanto, assiste razão ao candidato, o que enseja no deferimento do presente recurso e na anulação da questão.

Questão 57-A/54-B/59-C/59-D: a questão foi anulada, pois o conteúdo utilizado para a elaboração não consta no edital normativo do concurso.

Questão 61-A/56-B/58-C/57-D: a questão foi anulada, pois há mais de uma alternativa correta, já que o manual pode ser aplicado em "situações em que não há banda de música".

Questão 67-B: o gabarito da questão foi alterado para a alternativa "Lá e Mi.", pois as notas apresentadas nas demais alternativas determinarão outras notas de efeito.

Brasília-DF, 10 de agosto de 2018.

Coordenação Pedagógica
Instituto Americano de Desenvolvimento - IADES